



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços

Ajuste Direto

(Artigo 42.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro com as alterações e nova redação dada pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto)

Aquisição de Serviços de Subscrição de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I | Disposições gerais

Cláusula 1.ª | Objeto e características técnicas

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Subscrição de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública**, em conformidade com as especificações técnicas previstas no presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª | Contrato

1. O contrato que será reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.¹
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O fornecedor obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

¹ Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr, artºs 94º e 95º co CCP). No caso concreto o contrato resulta da conjugação do conteúdo do presente Caderno de Encargos com o conteúdo da proposta que vier a ser adjudicada.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 3.ª | Prazo do contrato

O contrato de aquisição a celebrar na sequência do presente procedimento terá um prazo de vigência de **36 (trinta e seis) meses** e entrará em vigor na data da assinatura, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II | Obrigações contratuais

Secção I | Obrigações do fornecedor

Subsecção I | Disposições gerais

Cláusula 4.ª | Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a. Obrigação de garantir uma plataforma eletrónica, com todas as suas funcionalidades de acordo com o estipulado no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro com as alterações e nova redação dada pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e demais legislação aplicável, para a elaboração e gestão de procedimentos aquisitivos realizados pelos diversos serviços do Município de Vila Nova de Poiares;
- b. Obrigação de garantir o apoio técnico no lançamento dos procedimentos eletrónicos na plataforma e respetivo acompanhamento;
- c. Obrigação de garantir a disponibilização de documentação de formação e manuais de utilização da plataforma para os utilizadores finais e administradores;
- d. Obrigação de garantir a acreditação e esclarecimento dos operadores económicos interessados em responder aos concursos lançados pelo Município de Vila Nova de Poiares;
- e. Obrigação de prestar as informações que se revelem necessárias relativamente às condições e requisitos técnicos de acesso à plataforma;
- f. Obrigação de garantir e manter, durante o horário normal de expediente, por telefone ou através de correio eletrónico, uma linha aberta de apoio aos utilizadores da plataforma;
- g. Obrigação de garantir o sigilo das comunicações, condicionando o acesso aos serviços da plataforma eletrónica a procedimentos de identificação a autenticação;



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

- h. Obrigação de garantir *backups* de todos os dados relativos aos procedimentos lançados ao mercado pelo Município de Vila Nova de Poiares através da plataforma adjudicada;
 - i. Obrigação de garantir os serviços identificados na sua proposta;
 - j. Obrigação de disponibilizar selos temporais ilimitados para o Município de Vila Nova de Poiares;
 - k. Obrigação de predefinir os documentos exigidos pelo Município de Vila Nova de Poiares aos fornecedores;
 - l. Obrigação de emissão de relatórios para envio ao Tribunal de Contas;
 - m. Obrigação de integração com o *BaseGov* dos procedimentos tramitados ao abrigo do regime simplificado.
2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, equipamentos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução do fornecimento a seu cargo.
3. O fornecedor é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante e decorrentes de quaisquer erros ou omissões decorrentes do fornecimento dos serviços.
4. À data de entrada em vigor do contrato, o adjudicatário compromete-se a proceder à implementação de todas as condições tendentes ao funcionamento efetivo da solução proposta em prazo por ele definido, não superior a 30 dias.

Cláusula 5.^a | Requisitos Técnico - Funcionais

1. A plataforma eletrónica de contratação deverá obrigatoriamente observar todas as características, especificações, requisitos técnicos e funcionais que permitam a sua total operacionalidade, tendo em conta a natureza e o fim a que a mesma se destina, bem como garantir o cumprimento de todos os trâmites legais impostos na legislação nacional e comunitária, que estabelece a disciplina aplicável a contratação pública, nomeadamente:
- a. Ser acessível eletronicamente, garantindo o sigilo, segurança, autenticidade dos dados;
 - b. Não deverá envolver custos específicos de licenciamento por parte dos utilizadores;
 - c. Ser apresentada em língua portuguesa;
 - d. Servir de suporte aos procedimentos aquisitivos públicos, para todos os tipos de procedimentos previstos na legislação, o qual deverá suportar as seguintes funcionalidades por via eletrónica:



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

- Publicação de anúncios e envio de convites;
- Consulta por parte dos interessados;
- Disponibilização do acesso por parte dos interessados às peças do procedimento (*Download*);
- Solicitação e prestação de esclarecimentos e criação de avisos/ retificações/ aditamentos;
- Registo e entrega de propostas com recursos a sistemas de validação cronológica e de assinatura digital;
- Troca de informação *online* entre o Município de Vila Nova de Poiares e os concorrentes, como por exemplo: esclarecimentos, atas e relatórios de audiência prévia, entre outros;
- Apresentação e avaliação de propostas;
- Notificação de Adjudicação;
- Deverá ser garantida a confidencialidade dos dados e encriptação das informações transmitidas;
- Autenticação dos utilizadores mediante a utilização de um login e a utilização de certificados digitais (assinatura digital);
- Mecanismos de *backup* que garantam a disponibilidade da solução e dos dados no caso de quebra total ou parcial dos sistemas envolvidos

Cláusula 6.ª | Conformidade e Garantia Técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Vila Nova de Poiares em execução de contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 7.ª | Seguros

É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura através de contratos de seguros, dos riscos inerentes.

Subsecção II | Dever de sigilo

Cláusula 8.ª | Objeto do dever de sigilo



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Poiares, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª | Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo é ilimitado, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II | Obrigações do Município de Vila Nova de Poiares

Cláusula 10.ª | Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Poiares deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, não excedendo os **1.350,00 € (mil trezentos e cinquenta euros)**.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 11.ª | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Vila Nova de Poiares, nos termos da (s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de **30 dias** após a receção pelo Município de Vila Nova de Poiares da respetiva fatura, após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a execução/operacionalidade permanente do serviço.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

3. Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Poiares, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida e/ou Nota de Crédito.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária, devendo o fornecedor indicar o IBAN para o efeito.

Capítulo III | Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 12.ª | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Poiares pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços objeto do contrato, até 10% do preço contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Vila Nova de Poiares pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 0.5% até 20% do valor do contrato.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Poiares tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Vila Nova de Poiares pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Poiares exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.ª | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Vila Nova de Poiares pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Vila Nova de Poiares.

Cláusula 15.^a | Resolução por parte do fornecedor



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 dias ou o montante em dívida exceda 20% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 17.^a.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vila Nova de Poiares, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo V | Caução

Cláusula 16.^a | Caução

Não exigível a prestação da caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo VI | Resolução de litígios

Cláusula 17.^a | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VII | Disposições finais

Cláusula 18.^a | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.^a | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

2. Com exceção das situações em que o presente caderno de encargos exija uma formalidade especial, as notificações podem ser efetuadas pelos seguintes meios:

- a. Por equipamentos de voz (telefone, telemóvel, etc.)
- b. Por correio eletrónico com aviso de entrega;
- c. Por website com funcionalidades específicas para o tipo de notificação a fazer, desde que permita obter comprovativo da notificação;
- d. Por carta registada com aviso de receção.

3. As notificações efetuadas nos termos da alínea a) e b) do número anterior devem ser confirmadas por qualquer meio previsto nas alíneas d) no prazo de 2 (dois) dias.

Cláusula 20.^a | Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.^a | Legislação aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação portuguesa.

Vila Nova de Poiares, 26 de janeiro de 2021

O Presidente da Câmara da Câmara Municipal

JOÃO MIGUEL
SOUSA
HENRIQUES

Assinado de forma
digital por JOÃO MIGUEL
SOUSA HENRIQUES
Dados: 2021.01.26
17:23:20 Z

Assinado por: **JOÃO MIGUEL SOUSA HENRIQUES**

Num. de Identificação: BI095930833

Data: 2021.01.26 17:18:30+00'00'